

**CONTRATO CEDAE N.º 137/2019 (DSG)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR e seu Diretor de Saneamento e Grande Operação, Sr. MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI, doravante denominada **CEDAE**, e a **VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI**, localizada na Rua São João Batista, Nº 644, Centro, São João de Meriti/ RJ, CEP: 25.525-520, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.769.219/0001-73, neste ato por meio de seu titular ao final assinado, Sr. MARCELO NASCIMENTO ANDRADE, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 209.702 (MTRJ), inscrito no CPF sob nº 102.642.907-20, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E- 07/100.895/2018**, mediante **Pregão Eletrônico nº 608/2019**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e na Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente contratação tem por objeto a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO E OUTRAS UNIDADES DA CEDAE"**, conforme Pregão Eletrônico nº 608/2019 e tabela abaixo.

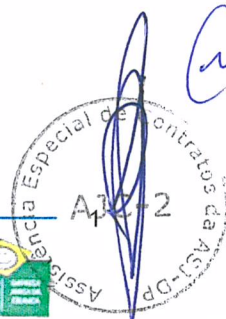
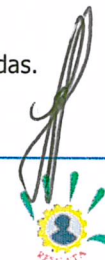
Item	Descrição	Qtde.
1	Locação de caminhão tipo basculante com caçamba de 10m <sup>3</sup> - combustível e motorista da contratada por 30 dias de utilização.	3

**Parágrafo Único** - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº. 608/2019, bem como a proposta da contratada, autuada às fls. 688/689 (volume 003) do Processo Administrativo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- Exercer a fiscalização do contrato; e
- Aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.



**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação – Pregão Eletrônico nº 608/2019:

- a) Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;
- b) Abster-se de transmitir a terceiros qualquer informação ou documento de que tenha conhecimento ou posse em razão destes serviços, orientando seus funcionários sobre a impossibilidade de concederem entrevistas faladas ou escritas em nome da **CEDAE**, salvo se expressamente autorizados por esta;
- c) Providenciar todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato;
- d) Manter-se em compatibilidade com as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação;
- e) Prestar, sem quaisquer ônus, os serviços necessários à correção das falhas verificadas na execução dos serviços, responsabilizando-se, perante terceiros e **CEDAE**, pelos prejuízos decorrentes;
- f) Providenciar, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, cuja vigência deverá observar o recebimento definitivo do objeto;
- g) Enviar representante, sempre que solicitado, para examinar e prestar esclarecimentos relacionados a problemas verificados com a execução do objeto contratado; caso em que sua convocação será feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;
- h) Manter a **CEDAE** informada sobre o desenvolvimento dos serviços;
- i) Cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços; e
- j) Demonstrar, apenas quando possuir mais de 100 (cem) empregados **alocados a este contrato**, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos: (1) até 200 empregados = 2%; (2) de 201 a 500 empregados = 3%; (3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e (4) de 1.001 em diante = 5%.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste contrato será de **12 (doze) meses** contados da data indicada na Ordem de Início, que poderá ser emitida pela **CEDAE** após a assinatura deste contrato.

**Parágrafo Único** - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de **2019**, assim classificadas:

Centro de Custos: DS04000000  
Código Orçamentário: 33903901  
Fonte: 10  
Programa de Trabalho: 1200226064  
Conta Contábil: 411110324  
ID da Reserva Orçamentária: 2019000826.

**CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO**

A presente contratação será realizada em regime de execução por preço unitário, sendo o seu valor total de **R\$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)**, conforme tabela(s) abaixo:



Item	Descrição	Qtde.	Preço Unitário R\$	Total Mensal R\$	Total Anual (12 meses)
1	Locação de caminhão tipo basculante com caçamba de 10m <sup>3</sup> -combustível e motorista da contratada por 30 dias de utilização.	3	30.000,00	90.000,00	1.080.000,00
Total Geral					1.080.000,00

**Parágrafo Primeiro** - O preço ajustado nesta Cláusula inclui o lucro e todos os custos e tributos dos serviços, sejam estes diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa, ainda que não prevista textualmente neste Contrato; inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal bem como custos com motoristas/operadores, combustível, manutenção dos caminhões, seguros, emplacamento, pedágios, documentação, multas e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

**Parágrafo Primeiro** - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

**Parágrafo Segundo** - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**Parágrafo Terceiro** - A **CONTRATADA** deverá refazer **aquilo** que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

**Parágrafo Quarto** - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

**Parágrafo Sexto** - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

**Parágrafo Sétimo** - Quando existirem empregados alocados à contratação, os mesmos deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI) adequado ao tipo do serviço que será desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

### CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas (inclusive os decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas), previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da



execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214, de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

**Parágrafo Terceiro** - Mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

- a) Medição/detalhamento do serviço prestado;
- b) Prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) Folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela **CONTRATADA**;
- e) Prova da Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FTGS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, exigível apenas quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento.

**Parágrafo Quarto** - Apenas quando vencidas, as seguintes certidões também deverão ser reapresentadas juntamente com a documentação acima, como condição à realização dos pagamentos: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT.

**Parágrafo Quinto** - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo terceiro e quarto impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

**Parágrafo Sexto** - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

**Parágrafo Sétimo** - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

**Parágrafo Oitavo** - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da **CONTRATADA**, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - PE nº 608/2019 - ASL-DP (Processo E-07/100.895/2018) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos bem como o Acordo de Nível de Serviço - ANS parte integrante do presente contrato - Anexo A.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A **CEDAE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor dos serviços executados no período, observando, como limite, os valores reservados para esta contratação.





**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

**Parágrafo Terceiro** - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

**Parágrafo Quarto** - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

**Parágrafo Quinto** - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada (ver cláusula oitava) impedirá a concessão do atesto, ficando consequentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

**Parágrafo Sexto** - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

**Parágrafo Sétimo** - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** - A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**Parágrafo Nono** - Quando a contratação envolver alocação de mão de obra, a **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de aprovisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela **CEDAE**.

**Parágrafo Décimo** - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

Os preços dos insumos não relacionados à mão de obra poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo IPCA-IBGE iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data de apresentação da proposta (Io), conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = IPCA-IBGE correspondente ao mês do reajustamento

Io = IPCA-IBGE correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela referente à fatura dos serviços.



**Parágrafo Segundo-** A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

**Parágrafo Terceiro** - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da **CONTRATADA** dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

**Parágrafo Quarto** - A inércia da **CONTRATADA** em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

**Parágrafo Quinto** - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta (Io).

**Parágrafo Sexto** - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

**Parágrafo Sétimo** - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da **CEDAE**.

**Parágrafo Oitavo** - O valor do contrato relacionado à mão de obra alocada com exclusividade para esta contratação poderá ser repactuado pelo índice homologado, conforme o caso, a cada período de 12 (doze) meses contados do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado pela **CONTRATADA** em sua proposta. A repactuação observará o descrito no art. 195 do RILC, bem como:

- a) Ao pleitear a repactuação, caberá à **CONTRATADA** a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas;
- c) o requerimento da **CONTRATADA** deverá ser feito dentro do prazo de que trata o art. 198, inciso III do RILC, e deverá vir acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o pedido;
- d) Não será permitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio;
- e) Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, a repactuação poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA**

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

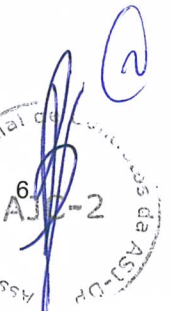
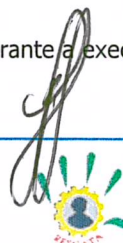
**Parágrafo Segundo** - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

**Parágrafo Terceiro** - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

**Parágrafo Quarto** - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**Parágrafo Quinto** - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Todos os prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- II. Multas punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- III. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- IV. Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.





**Parágrafo Sexto** - Se a **CONTRATADA** optar pelo "seguro-garantia", deverá prestá-lo na modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço" para cobertura dos itens I a III do parágrafo anterior, em percentual correspondente a 1% (um por cento), complementada com a garantia adicional na modalidade "Seguro-Garantia de Ações Trabalhistas e Previdenciárias" para o item IV, em percentual de 4% (quatro por cento), sendo o parâmetro de ambas garantias o valor atualizado do contrato.

**Parágrafo Sétimo** - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à **CONTRATADA**, em valor total superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), será exigido, ainda, o seguro multiriscos básico, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total dos bens entregues.

**Parágrafo Oitavo** - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

**Parágrafo Nono** - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

**Parágrafo Décimo** - A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

**Parágrafo Décimo Segundo** - A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo VII da OS n. 14.927/2017.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

**Parágrafo Décimo Quarto** - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

**Parágrafo Décimo Quinto** - A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação nos serviços contratados.

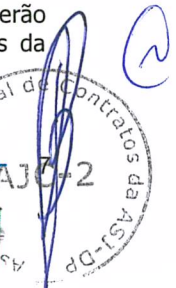
## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**Parágrafo Primeiro** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**Parágrafo Segundo** - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.





**Parágrafo Terceiro** - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CEDAE**, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**.

**Parágrafo Quarto** - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

**Parágrafo Quinto** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da **CEDAE**, observando o seguinte:

- i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) Sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

**Parágrafo Sétimo** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

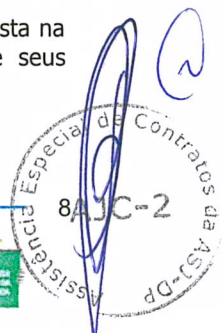
**Parágrafo Oitavo** - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

**Parágrafo Nono** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**Parágrafo Décimo** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.





#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à **CEDAE**; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

**Parágrafo Segundo** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo Terceiro** - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

**Parágrafo Quinto** - A **CEDAE** se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

**Parágrafo Sexto** - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da **CEDAE**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**Parágrafo Único** - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

**Parágrafo Primeiro** - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

**Parágrafo Segundo** - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da **CONTRATADA**, conforme art. 196, §2º do RILC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos



créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**Parágrafo Único** - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

**Parágrafo Primeiro** - A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

**Parágrafo Segundo** - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

**Parágrafo Quarto** - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

I - A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

II - As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

III - Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

IV - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

V - A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

VI - O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

VII - De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.





VIII - A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

IX - Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

X - O procedimento mencionado acima poderá ser dispensado quando a contratação não ultrapassar o valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ou quando se referir a serviços técnicos profissionais listados no art. 30, inciso II da Lei 13.303/2016, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme autorização contida nos itens 1.2.7 e 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017.

**Parágrafo Quinto** - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS**

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

**Parágrafo Primeiro** - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do termo de aceitação definitiva (doc. Ref. Anexo VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).

**Parágrafo Segundo** - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**Parágrafo Terceiro** - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**Parágrafo Quarto** - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

**Parágrafo Quinto** - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**Parágrafo Sexto** - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Sétimo** - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017**

**Parágrafo Primeiro** - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

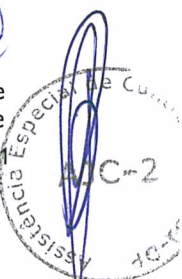
a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de





quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

**Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link [www.cedae.com.br/governancacorporativa](http://www.cedae.com.br/governancacorporativa).

**Parágrafo Terceiro** - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

**Parágrafo Quarto** - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quinto** - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

**Parágrafo Sexto** - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

**Parágrafo Sétimo** - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

**Parágrafo Oitavo** - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Nono** - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

**Parágrafo Décimo** - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

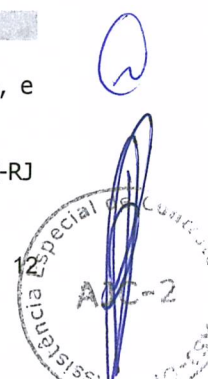
**Parágrafo Décimo Terceiro** - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

**Parágrafo Décimo Quarto** - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

**Parágrafo Único** - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.





**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 21 de OUTUBRO de 2019.

Pela **CEDAE**:



**JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR**  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



**MARCOS ABI-RAMIA CHIMELLI**  
Diretor de Saneamento e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



**MARCELO NASCIMENTO ANDRADE**  
Titular

**TESTEMUNHAS:**

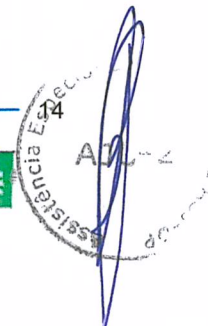
Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr. VERDE-GESTÃO-DE-SERVIÇOS-contratação-de-empresa-especializada em-transporte-de-resíduos-sólidos-PE-608-2019-VBO



**ANEXO I**  
**ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)**





## **1.ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (ANS)**

### **1.1 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1.1 - O Acordo de Nível de Serviço (ANS) define os níveis de qualidade esperados pela CEDAE na prestação do serviço realizado durante a execução do contrato pela empresa vencedora da licitação.

1.1.2 - Os ANSs estão estabelecidos por metas de níveis de serviço e responsabilidades definidos no contrato firmado entre a contratante e CONTRATADA.

1.1.3 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de penalidade por níveis de infrações, descrito no Item 13.4, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

1.1.4 - É importante destacar que a CONTRADADA não ficará isenta das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas, não relacionadas nos itens de abrangência dos ANS.

### **1.2 - ANÁLISE DE DESEMPENHO DO SERVIÇO**

1.2.1 - Caberá a comissão de fiscalização deste contrato o monitoramento do desempenho da CONTRATADA.

1.2.2 - A comissão de fiscalização realizará o controle mensal do desempenho da CONTRADADA e emitirá um relatório mensal de monitoramento de medição de serviço, no qual deverá conter a identificação de cada linha de transporte de resíduos, seu desempenho, o número de não conformidades identificadas por linha durante o período de um mês e a quantidade de diárias utilizadas neste período por linha.

### **1.3 - COMUNICAÇÃO**

1.3.1 A comunicação na notificação de infração do ANS será realizada pela responsável da linha a comissão de fiscalização deste termo de referência, que posteriormente comunicará a CONTRATADA e seu respectivo preposto, por meio de registro eletrônico, por exemplo e-mail.

1.3.2 - As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail do Presidente da Comissão de Fiscalização e seu respectivo contato telefônico, bem como através de protocolos realizados na sede da contratante, localizada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro – RJ.

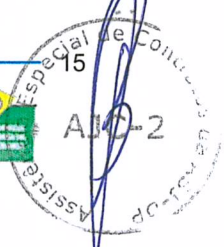
### **1.4 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

1.4.1 - Não obstante às demais condições de fiscalização previstas no edital de licitação, o fiscal do contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto ao preposto indicado pela CONTRATADA.

1.4.2 - Ao constatar a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o fiscal do contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que este solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos. Tal comunicação deverá ser obrigatoriamente realizada por escrito com indicação da gravidade do fato ocorrido.

1.4.3 - Ao constatar a irregularidade passível de notificação por escrito, o fiscal do contrato preencherá o termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de infração, a data e horário do seu acontecimento.

1.4.4 - O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, ao constatar a ocorrência, deverá atestar seu conhecimento da notificação no documento encaminhado, que ficará sob a guarda do presidente da comissão de fiscalização.





1.4.5 - O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação.

1.4.6 - A CONTRATADA poderá apresentar justificativas para a prestação de serviços em infrações consideradas brandas, que poderá ser aceita pela comissão de fiscalização, desde que seja comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle. Para esses casos, será emitido pela comissão de fiscalização a decisão sobre a aplicação ou não da irregularidade.

1.4.7 - Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Presidente da Comissão de Fiscalização do contrato informará a CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

1.4.8 - A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pela Comissão de Fiscalização, emitirá a fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação dos ANS.

1.4.9 - O Presidente da Comissão de Fiscalização, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos mencionados acima.

1.4.10 - Verificada a regularidade da fatura, o Presidente da Comissão de Fiscalização do contrato anexará os termos de notificação produzidos no período, e, os encaminhará para pagamento.

1.4.11 - Ressalte-se que a inserção das aludidas cláusulas não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/16, estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual, além das penalidades específicas

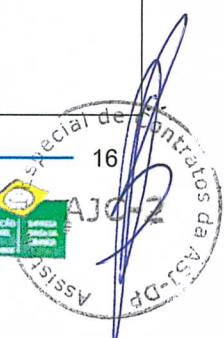
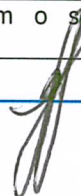
## 1.5 INDICADORES DO NÍVEL DO SERVIÇO PRESTADO

1.5.1 - Os ANSs descritos neste termo de referência apresentarão um grau de infração de acordo com o impacto que sua ausência afetará na execução do serviço contratado. Tais infrações serão denominadas como infração branda, infração moderada e infração grave, e, estas terão percentuais diferenciados para cálculo do desconto da fatura mensal, no período que a infração ocorreu.

1.5.2 - Para os casos de não atendimento do nível de qualidade de serviço esperado o valor mensal a ser pago à CONTRATADA será reduzido, levando-se em conta a pontuação descrita na Tabela 6.

**Tabela 6:** Acordo de Nível de Serviços e suas penalidades.

Item	Infração	Ocorrência	Pontuação
1	Branda	Atendimento das determinações da comissão de fiscalização fora do prazo sem justificativa	1
2		Utilização de viatura não adesivada com os dizeres "A SERVIÇO DA CEDAE"	
3		Ausência da limpeza semanal das viaturas	
4	Moderada	Atraso superior a trinta minutos para início o início da jornada de trabalho	2
5	Grave	Ausência ou falha no preenchimento do BDV diário	3
6		Ausência ou caçambas sem condições de utilização para transporte dos resíduos	
7		Ausência de utilização de EPI pelo motorista/operador em suas atividades diárias	
8		Ausência de motorista/operador	
9		Veículo fora de condições de funcionamento sem substituição por modelo similar	
10		Veículo com documentação em desacordo com o solicitado pelo órgão fiscalizador de trânsito	
11		Motorista com documentação em desacordo com o solicitado pelo órgão fiscalizador de trânsito	





12	Licenciamento da CONTRATADA em desacordo com o exigido pelo Sistema de Licenciamento Ambiental do INEA
13	Realizar o traslado de resíduos sem o respectivo MTR
14	Ausência de comunicação de sinistro, acidente com o rejeito, problemas operacionais ou possíveis problemas com o veículo

1.5.3 - A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do período da medição em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme a Tabela 7.

**Tabela 7:** Percentuais de desconto

Pontuação	Ajuste
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal






mente ocupado por Reginaldo Coelho de Araújo, ID Funcional nº 563208-0. Processo nº SEI-26/016/001545/2019.

**NOEMAR MÁRCIO SILVA OLIVEIRA**, ID FUNCIONAL Nº 5007000-2, para exercer, com validade a contar de 21 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, anteriormente ocupado por Manoel Pires Madeira. Processo nº SEI-02/007/001902/2019.

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 14 de outubro de 2019, **BRUNA MONTEIRO REZENDE**, ID FUNCIONAL Nº 51051427 do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/001853/2019.

**EXONERAR**, a pedido e com validade a contar de 18 de outubro de 2019, **EMANUEL RODRIGUES DE VARGAS**, ID FUNCIONAL Nº 5091874-8 do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/001852/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 21 de outubro de 2019, **MICHELE MACEDO GONÇALVES BOTELHO**, ID FUNCIONAL Nº 5018349, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, símbolo DAS-6, da Divisão de Orçamento e Finanças, da Diretoria Administrativa e Financeira, da Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTM/RJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa. Processo nº SEI-18/007/001921/2019.

**NOEMAR JOUBERT FONSECA DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 623471-2, para exercer, com validade a contar de 14 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6, da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Camila Rodrigues da Silva, ID Funcional nº 5089590-7. Processo nº E-18/002/868/2019.

**NOEMAR RAQUEL DA SILVA CARDOSO** para exercer, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Ajudante I, símbolo DAI-1, da Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ, da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, anteriormente ocupado por Tuane Gomes Coutinho, ID Funcional nº 5100260-4. Processo nº E-18/002/868/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 18 de outubro de 2019, **MARCO ANTONIO DA SILVA**, ID FUNCIONAL Nº 5091979-2, do cargo em comissão de Garante, símbolo DAS-8, da Diretoria de Administração e Finanças, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-31/003/001365/2019.

**NOEMAR ARATAN DA SILVA ASSIS** para exercer, com validade a contar de 22 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Marcio Cardoso de Castro, ID Funcional nº 5012073-5. Processo nº SEI-31/003/001355/2019.

**NOEMAR GLÓRIA DE FÁTIMA REBELO SILVA** para exercer, com validade a contar de 23 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos, anteriormente ocupado por Jéssica Rodrigues da Silva, ID Funcional nº 5086986-8. Processo nº SEI-31/003/001356/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, **JONATAN FERNANDES DE ALMEIDA**, ID FUNCIONAL Nº 5092482-6, do cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-8, da Fundação para a Infância e Adolescência - FIA/RJ, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Direitos Humanos. Processo nº SEI-31/003/001365/2019.

**NOEMAR LEILA MARIA QUINHÕES DE CARVALHO HOLSBACH** para exercer, com validade a contar de 01 de novembro de 2019, o cargo em comissão de Diretor de Departamento, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado de Turismo, anteriormente ocupado por Marcos Paulo Barbosa Ferraz, ID Funcional nº 5032500-0. Processo nº SEI-05/003/001358/2019.

**EXONERAR**, com validade a contar de 21 de outubro de 2019, **EDUARDO JOSE CANDIDO ALMEIDA**, ID FUNCIONAL Nº 5088565-5 do cargo em comissão de Coordenador, símbolo DAS-8 (objeto da transferência estabelecida pelo Decreto nº 46.659, de 14/05/2019, modificado pelo Decreto nº 46.743, de 19/08/2019), da Secretaria de Estado das Cidades. Processo nº SEI-33/018/001417/2019.

**NOEMAR ANTONIO LUIZ MILLEN MARTINS**, ID FUNCIONAL Nº 2050516-7, para exercer, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assessor, símbolo DAS-7, da Secretaria de Estado das Cidades, anteriormente ocupado por Lucella Ambrózio Irmão, ID Funcional nº 5093175-0. Processo nº SEI-33/018/001439/2019.

**NOEMAR NÂNCI AMANCIO DE MORAES**, ID FUNCIONAL Nº 433301-5, para exercer, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6, da Secretaria de Estado das Cidades, anteriormente ocupado por Mariana Barbosa Coelho, ID Funcional 5098546-9. Processo nº SEI-33/018/001439/2019.

**NOEMAR YASMIN MARINHO DOS SANTOS**, ID FUNCIONAL Nº 5098439-0 para exercer, com validade a contar de 01 de outubro de 2019, o cargo em comissão de Ajudante II, símbolo DAI-2, da Secretaria de Estado das Cidades, anteriormente ocupado por Flávio Augusto da Costa Chaves, ID Funcional nº 5010632-5. Processo nº SEI-33/018/001439/2019.

## DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

**PROCESSO Nº SEI-12/001/026154/2019 - AUTORIZO** a disposição do servidor **RAFAEL PEREIRA NUNES**, Professor Docente I, ID Funcional nº 50240188, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ/Gabinete da Deputada Mônica Francisco, consoante os termos do Decreto nº 46.560, de 21 de janeiro de 2019.

## DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

**PROCESSO Nº SEI-12/001/034776/2019 - RETIFICO** a autorização publicada através do Processo nº E-12/207/1372/2019, no Diário Oficial de 01 de agosto de 2019, página 13, 3ª coluna, quanto à lotação do servidor **MAXWELL DE ARAÚJO**, RG nº 80.892, para a Coordenadoria Institucional de Segurança, a contar de 24.09.2019.

## DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-22/006/063/2019 (Proposta CONVERJ nº 723) - ADES**, por competência estabelecida no artigo 1º, inciso I c/c o § 1º do Decreto Estadual nº 44.879/14, de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº E-22/006/063/2019, louvando nas razões expostas pela **LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, a celebração de parceria entre a **LOTERIA** e a **CASA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CCA**, desde que observadas as recomendações tecidas pelos setores técnicos e jurídico do concedente, pela Coordenadoria de Convênios da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão da Casa Civil, pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais, pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ATO DA DIRETORIA-GERAL

## PORTARIA SECCG/DGAF Nº 174 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

## ALTERA A COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO QUE MENCIONA.

A DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Decreto nº 42.836, de 03 de fevereiro de 2011 e Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, e tendo em vista o consoante no Processo Administrativo nº SEI-12/001/009057/2019, e

**CONSIDERANDO** a necessidade, por eficiência, de consolidar o acompanhamento, a fiscalização, a gestão, e execução de contratos;

## RESOLVE:

**Art. 1º** - Alterar e consolidar a composição da Comissão de Gestão e Fiscalização da ATA de Registro de Preços nº 001/2019, celebrado com a Empresa M. L. DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, instituída através da Portaria SECCG/DGAF nº 172/2019.

**Art. 2º** - Fica instituída e consolidada a equipe de Fiscalização, designando os servidores abaixo, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 13 (DA FISCALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES):

MARCELO RAEDER GABRIEL, ID 4322644-7,  
PHYRRE BAPTISTA PESSOA, ID 5100051-2, e  
RUBENS MEYER FERREIRA MEDEIROS, ID 5097685-0.

**Art. 3º** - Fica mantido e consolidado como Gestor o servidor NEY FERNANDO DE MELLO NEVES FILHO, ID Funcional 1906807-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no Decreto nº 45.600, de 16 de março de 2016, principalmente o que consta no art. 12 (DA GESTÃO DAS CONTRATAÇÕES).

**Art. 4º** - Fica mantido e consolidado o servidor PEDRO HENRIQUE LIMA DE SOUZA, ID 5011643-6, para substituir o Gestor em casos de possíveis impedimentos e período de gozo de férias, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumprir as determinações contidas no art. 12 do Decreto nº 45.600/2016.

**Art. 5º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2019  
**VIVIANE CARVALHO**  
Diretora-Geral de Administração e Finanças

Id: 2216708

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO

DE 07.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/007/102311/2018 - JOÃO FRANCISCO PEREIRA NETTO**, ID Funcional 39752151, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e PNS - Medicina/Médico, matrícula nº 1970 (Prefeitura Municipal de Quissamã),  
**LICITA** a acumulação de cargos pelo servidor, nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "b" da CRFB de 1988.

DE 11.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/011/10642016 - LAURA DE LOURDES SANTOS LIMA**, ID Funcional 39627942, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor B, matrícula nº 36/1106 (Prefeitura Municipal de Paracambi),  
**LICITA** a acumulação de cargos pela servidora, nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "a", da CRFB/1988.

Id: 2216618

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO

DE 07.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/016/104126/2018 - SONIA MARIA SILVA DOS SANTOS**, ID Funcional 34829220, Agente Administrativa, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula nº 124155 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias),  
**LICITA** a acumulação de cargos pela servidora, nos termos do art. 37, inciso XVI, da CRFB/1988.

Id: 2216612

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO

DE 07.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/6810222/2010 - FIDELIS DE SIGMARINGA AZEVEDO RODRIGUES**, ID Funcional 40736555, Professor Docente I - 15 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Farmacêutico, vínculo 2 (SES),  
**LICITA** a acumulação de cargos pelo servidor, nos termos do art. 37, inciso XVI, alínea "b", da CRFB/1988.

**PROCESSO Nº E-27/142/100036/2018 - THIAGO OLIVEIRA DE BRITO CUNHA**, ID Funcional 43461530, Capitão BM/Médico, vínculo 1 (CBMERJ) e Médico Clínico Geral, matrícula 85789 (Prefeitura Municipal de Miguel Pereira).

**PROCESSO Nº E-03/021/1642/2019 - ALFREDO HELIO DOS SANTOS**, ID Funcional 20367562, Médico, vínculo 1 (SES) e Médico, vínculo 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº E-27/037/100811/2018 - ALIMERICINO FRANCISCO OLA**, ID Funcional 26647737, Subtenente BM/Auxiliar de Enfermagem, vínculo 1 (CBMERJ) e Enfermeiro, matrícula 162690 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

**PROCESSO Nº E-27/142/100197/2018 - LUCIANO LEYENDECKER ROCHA**, ID Funcional 43478042, Capitão BM/Médico, vínculo 1 (CBMERJ) e Médico Cirurgião Geral II, matrícula 6658-7/11 (Prefeitura Municipal de Rio das Ostras).

**LICITA** a acumulação de cargos pelos servidores, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C", DA CRFB/1988.

Id: 2216609

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

## DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO

DE 11.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/10403345/2011 - LUCILIA DE FATIMA ESCOCARD DE AZEVEDO MANHAES**, ID Funcional 43783597, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº E-03/10401391/2011 - RODRIGO DA SILVA CALDAS**, ID Funcional 6407650, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor I (História), matrícula 009146-01 (Prefeitura Municipal de São João da Barra).

**PROCESSO Nº E-03/005/200/2014 - AMANDA SIQUEIRA DA SILVA**, ID Funcional 43815278, Professor Docente I - 16 horas, vínculos 2 e 3 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº E-03/013/101662/2018 - ANA LUCIA SOUZA DA SILVA**, ID Funcional 42028639, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 90437 (Prefeitura Municipal de Magé).

**LICITA** a acumulação de cargos pelos servidores, CONFORME DISPOE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2216614

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO  
DE 11.10.2019

**PROCESSO Nº E-27/142/100028/2018 - ALEXANDRE ALVES PEREIRA WOOLF DE OLIVEIRA**, ID Funcional 6150322, Capitão BM/Médico, vínculo 1 (CBMERJ) e Médico, matrícula n 2313715 (Ministério da Saúde).

**PROCESSO Nº E-08/015/1346/2019 - CIDALIA CABRAL**, ID Funcional 30329213, Auxiliar de Enfermagem, vínculo 2 (SES) e Técnico em Enfermagem, matrícula nº 364064 (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

**LICITA** a acumulação de cargos pelos servidores, NOS TERMOS DO ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "C", DA CRFB/1988.

**PROCESSO Nº E-03/004/101092/2018 - ANA CRISTINA ERNANDES FALCÃO DE SOUZA**, ID Funcional 43855547, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Animador Cultural, matrícula 16325 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes). MANTENHO o despacho de 24/01/2019, publicado no DOERJ de 07/02/2019, que considerou LICITA a acumulação de cargos pela servidora. CONCEDO efeito suspensivo ao recurso, determinando seu encaminhamento ao CRASE/RJ.

Id: 2216631

## SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO  
DE 11.10.2019

**PROCESSO Nº E-03/010/2053/2019 - SILVANA BERTOLDO RAIMUNDO ANTONIO**, ID Funcional 33806071, Professor Docente I, vínculo 1 (SEEDUC) e Docente II, matrícula nº 6575 (Prefeitura Municipal de Pirai).

**PROCESSO Nº E-03/005/4254/2014 - CLEONICE MACHADO DA CUNHA**, ID Funcional 34944427, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC).

**PROCESSO Nº E-03/004/2363/2014 - LEONARDO FAE DE ALMEIDA**, ID Funcional 44290977, Professor Docente I - 30 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor I - 20 horas - Padrão B, matrícula nº 24117 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes).

**PROCESSO Nº E-03/010/101413/2018 - MARCELO RIBEIRO DE SOUZA MONTEIRO**, ID Funcional 33950989, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor FAETEC I - 40 horas, vínculo 3 (FAETEC).

**PROCESSO Nº E-03/013/24/2018 - SHIRLEI NELIDA GOMES**, ID Funcional 38121975, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II - Classe G, matrícula nº 141373 (Prefeitura Municipal de Duque de Caxias).

**LICITA** a acumulação de cargos pelos servidores, CONFORME DISPOE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

Id: 2216629

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 24/10/2019

**DESIGNA ALMIR PEDRO DA SILVA LEAL**, Agente de Saneamento H, como Presidente. **PAULO AFONSO DE ALMEIDA**, Agente de Saneamento H e **FABIO CIRIOLANO SILVEIRA**, Engenheiro C, como membros titulares e **RODRIGO FABIANO DE LIRA**, Agente de Saneamento B, como membro suplente. Garante do Contrato **WILTON LEMOS DOS PASSOS**, Técnico de Eletromecânica II e **TEREZA CRISTINA REIS DA SILVA**, Analista de Qualidade C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS E OUTRAS UNIDADES DA CEDA", de que trata o Processo nº E-07/100.895/2018. Ordem de Serviço P/FIS nº 26.218-00/2019.

Id: 2216608

## Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA GERAL DE FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOSDESPACHO DA SUPERINTENDENTE  
DE 24/10/2019

**PROCESSO Nº E-04/204/1575/2019 - CLAUDIA GOMES LENGRUBER**, Auditor Fiscal da Receita Estadual 1ª Categoria, ID Funcional nº 1956953-0 e matrícula nº 0.294.868-5. CONCEDO o abono de permanência, nos termos art.2º, I a III da EC nº 41/2003, com efeitos a contar de 09/07/2017.

Id: 2216608

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONSELHO PLENODecisões proferidas na Sessão Ordinária  
do dia 17/07/2019

Recursos nºs 66.423, 66.424, 66.461, 66.848, 66.849, 66.850, 66.851, 66.854, 66.875, 66.876, 66.877, 66.884, 66.885, 66.887 e 66.888. - Processos nºs E-04/040/1183/2015, E-04/040/1184/2015, E-04/040/1215/2015, E-04/040/1168/2015, E-04/040/1199/2015, E-04/040/1218/2015, E-04/040/1211/2015, E-04/040/1198/2015, E-04/040/1191/2015, E-04/040/1204/2015, E-04/040/1190/2015, E-04/040/1177/2015, E-04/040/1162/2015, E-04/040/1219/2015 e E-04/040/1214/2015. - Recorrente: CENCOJUD BRASIL COMERCIAL LTDA. - Recorrida: FAZENDA ESTADUAL. - Relator: Conselheiro Paulo Eduardo de Nazareth Mesquita. - DECISÃO: Pelo voto de qualidade, foi rejeitada a preliminar de nulidade parcial do auto de infração, suscitada pelo Conselheiro Alvaro Marques Neto, nos termos do voto do Conselheiro Rubens Nora Chammás designado Redator. Vencidos os Conselheiros Alvaro Marques Neto, Gustavo Kelly Alencar, Antonio Lopes Caetano Lourenço, Gisela Pimenta Gadelha, Ricardo Garcia de Araújo Jorge, Antonio Silva Duarte, Marcelo Fernandes Leal e José Augusto Di Giorgio que acolheram a preliminar. No mérito, por maioria de votos, foi dado provimento ao recurso, nos termos do voto do Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel designado Redator. Vencidos os Conselheiros Luiz Carlos Sampaio Afonso, Rubens Nora Chammás e Paulo Eduardo de Nazareth Mesquita que negaram provimento. - Acórdãos nºs 9.722 e 9.736. - EMENTA: ICMS E MULTA. - PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO - PRELIMINAR DE NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO. Foram observados no lançamento os artigos 221 do Decreto-Lei nº 05/1975 - CTE, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 343/1977, e 74 do Decreto nº 2.473/1979 - RPAT, não tendo sido afrontados nenhum dos incisos do artigo 225 do De-



DESIGNA TATIANA DOS SANTOS RODRIGUES, Id. Funcional nº 44119336, para ter exercício na Gerência de Suporte Processual da Diretoria de Gestão da Procuradoria-Geral do Estado, da Chefia do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, com validade a contar de 24 de outubro de 2019.

DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL  
DE 24.10.2019

PROCESSO Nº SEI-14/001/037811/2019 - AUTORIZO a Licença Especial para estudo no exterior, no período de 01/11/2019 a 10/11/2019.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESPACHO DO SUBPROCURADOR-GERAL  
DE 23.10.2019

PROC. Nº SEI-14/001/030661/2019 - RATIFICO a inexistência de licitação, em conformidade com o art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, em favor do INSPER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA, no valor total de R\$ 13.520,00 (treze mil e quinhentos e vinte reais), nos termos da autorização do Procurador-Assistente do CEJUR, autoridade ordenadora de despesas.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
DIRETORIA DE GESTÃO

DESPACHO DA ASSESSORIA ESPECIAL  
DE 22/10/2019

PROCESSO Nº SEI-14/001/014649/2019 - AUTORIZO a Dispensa de Licitação, em conformidade com o artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, em favor da LANNES TOUR TRANSPORTES LTDA-ME (CNPJ nº 18.119.838/0001-75). Em conformidade, AUTORIZO a realização da despesa, no valor total de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), objetivando a locação de Ônibus Executivo para o transporte de Bolsistas da Fundação da Infância e Adolescência.

AVISOS, EDITAIS E  
TERMOS DE CONTRATOS

Vice Governadoria do Estado

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO DETRAN/RJ torna pública que se fará realizar no Portal [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) a Licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme abaixo mencionada:

PROCESSO Nº E-16/060/3251/2019 - PE 028/19.  
OBJETO: Aquisição de Fita impressora EPSON FX 2190 para atender às necessidades dos Postos de Vistoria Veicular do DETRAN-RJ.  
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 77.100,00 (setenta e sete mil e cem reais).  
LIMITE ACOPLAMENTO DAS PROPOSTAS: 11/11/2019, às 10h00m.  
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/11/2019, às 10h05m.  
DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: 11/11/2019, às 10h30m.

O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) e no portal do DETRAN/RJ na página [www.detrans.rj.gov.br](http://www.detrans.rj.gov.br), opção: Licitações/Leilões - Licitações 2019 - Editais, podendo, alternativamente, ser adquirido mediante o pagamento da importância de R\$ 0,10 (dez centavos) por folha, na Av. Presidente Vargas, 817 - 18º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, comprovado por meio de guia de depósito em instituição financeira contratada pelo Estado, agência nº 6898 conta corrente nº 58-2, a favor do DETRAN/RJ.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Apostilamento de Reajuste de Preço. Objeto do Contrato nº 23/2013, assinado em 24.10.2019. PARTES: DER-RJ e a EMPRESA IPE ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Reajuste o valor do contrato referente à 3ª e 4ª periodicidades anuais, no valor de R\$ 248.908,78. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-17/003.004973/2013.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Apostilamento de Reajuste de Preços. Objeto do Contrato nº 23/2013, assinado em 24.10.2019. PARTES: DER-RJ e a EMPRESA IPE ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Reajuste o valor do contrato referente à 5ª periodicidade anual, no valor de R\$ 652.690,32. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-17/205.978/2012.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Apostilamento de Reajuste de Preços. Objeto do Contrato nº 22/2018, assinado em 24.10.2019. PARTES: DER-RJ e a EMPRESA IPE ENGENHARIA LTDA. OBJETO: Reajuste o valor do contrato, referente à 1ª e 2ª periodicidades anuais, no valor de R\$114.448,79. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-17/003.005539/2016.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo X de Prorrogação, Rerratificação do Contrato nº 053/2014, assinado em 24.10.2019. PARTES: DER-RJ e a Empresa CHISON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. OBJETO: Prorroga o prazo do Contrato por 180 (cento e oitenta) dias corridos. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993. Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-16/002.006628/2019.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo XIV de Prorrogação. Rerratificação do Contrato nº 128/2010, assinado em 23.08.2019. PARTES: DER-RJ e o CONSÓRCIO SILTHUR IPÊ. OBJETO: Prorroga o prazo do Con-

trato por 90 (noventa) dias corridos. Sem alteração no valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-16/002.005609/2019.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo II de Rerratificação, do Contrato nº 125/2014, assinado em 14.10.2019. PARTES: DER-RJ e a EMPRESA SILTHUR CONSTRUTORA LTDA. OBJETO: Fica Readequado o cronograma físico-financeiro. Sem alteração no valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-16/002.007006/2019.

VICE-GOVERNADORIA  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

\*IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo XIII de Rerratificação, do Contrato nº 128/2010, assinado em 30.07.2019. PARTES: DER-RJ e o CONSÓRCIO SILTHUR IPÊ. OBJETO: Fica Readequado o cronograma físico-financeiro. Sem alteração no valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1980. PROCESSO Nº E-16/002.005322/2019.  
\*Omitido no D.O. de 31.07.2019

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO  
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

\*A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES torna público, que a Concorrência ALC nº 12/2019, objetivando contratação de serviços técnicos especializados visando à elaboração de Projeto Básico de Engenharia Rodoviária destinado a recuperação de áreas degradadas (PRAD), de Contenção de Taludes e Levantamento e Revisão de Drenagem (dos Taludes e da Rodovia) de segmento da estrada "Contorno de Barra do Pirai" e suas faixas de domínio no trecho entre a BR-393 e as Rodovias Municipais BPI-101 BPI-102 (Município de Barra do Pirai) extensão 3,8 Km, fica adiada "sine die".

A Assessoria de Licitações estará à disposição dos interessados para esclarecimentos por meio dos e-mails: [licbras.der.rj@gmail.com](mailto:licbras.der.rj@gmail.com), ou [deralc@gmail.com](mailto:deralc@gmail.com), e/ou presencialmente na Av. Presidente Vargas, 1.100, 10º andar - Centro - Rio de Janeiro, no Expediente da Assessoria de Licitações, no horário de 10 às 16 horas.  
\*Replicado por incorreção no original publicado no D.O. de 10/10/2019.

Secretaria de Estado da  
Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 138/2019 (DSG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a JOSE RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA ME.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDOS GERADOS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO E OUTRAS UNIDADES DA CEDAE.  
PRAZO: 12 (doze) meses.  
VALOR: R\$ 1.779.991,20 (um milhão, setecentos e setenta e nove mil novecentos e noventa e um reais e vinte centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 21/10/2019.  
FUNDAMENTO: processo nº E-07/100.895/2018 (Pregão Eletrônico nº 608/2018).

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 137/2019 (DSG).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDOS GERADOS NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO E OUTRAS UNIDADES DA CEDAE.  
PRAZO: 12 (doze) meses.  
VALOR: R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais).  
DATA DE ASSINATURA: 21/10/2019.  
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.895/2018 (Pregão Eletrônico nº 608/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 652/2019 - ADPR-31.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO AMBIENTAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA UT RIO D'OURO, UT SÃO PEDRO, UT XERÊM, UT TINGUA E UT MANTIQUEIRA.  
DATA DA ETAPA DE LANCES: 07/11/2019 Horário: 11 horas  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)  
O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao) podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas folhas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA  
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 653/2019 - ADPR-31.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE POLICLORETO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO (PAC) - INTERIOR.  
DATA DA ETAPA DE LANCES: 08/11/2019 HORÁRIO: 11:00 horas  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)  
O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site [www.cedae.com.br/licitacao](http://www.cedae.com.br/licitacao) podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas folhas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Secretaria de Estado de Fazenda

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL 64.09

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AFR 64.09 - IRAJÁ, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos responsáveis pelas Sociedades Empresariais, abaixo citadas, no prazo de 15 (quinze) dias contados desta publicação, para tomar ciência dos processos administrativos tributários referenciados, que se encontram na sede desta repartição fiscal, localizada à Av. Erasmo Braga, 118, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Razão Social:	TILDA TRANSPORTES INDUSTRIAL LTDA
Inscrição Estadual nº	Es-81.612.560
CNPJ	27.211.523/0001-33
Nº PRO-CESSO	E-04/003/100112/2018

Razão Social:	MED LINE PRODUTOS MÉDICOS E LABORATORIAIS LTDA
Inscrição Estadual nº	Es-83.934.204
CNPJ	35.982.950/0001-71
Nº PRO-CESSO	E-04/003/100112/2018

Razão Social:	KYREI INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME
Inscrição Estadual nº	Es-84.958.107
CNPJ	00.118.061/0001-58
Nº PRO-CESSO	E-04/003/100104/2018

Razão Social:	KYREI INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME
Inscrição Estadual nº	Es-84.958.107
CNPJ	00.118.061/0001-58
Nº PRO-CESSO	E-04/003/100107/2018

Razão Social:	SOHO & BRIGHTON METALS LTDA
Inscrição Estadual nº	Es-79.672.475
CNPJ	05.825.925/0004-38
Nº PRO-CESSO	E-04/091/100117/2018

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO  
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL  
AFR - 64.15 BARRA DA TIJUCA

EDITAL

Fica o contribuinte, abaixo mencionado, INTIMADO a comparecer na Auditoria Fiscal Regional 64.15 - BARRA DA TIJUCA, situada na Av. Ayrton Senna, 2001 BL "C", sala 58 - Barra da Tijuca, no prazo de 15 (quinze) dias desta publicação, a fim de tomar ciência do despacho exarado no respectivo processo.  
O não comparecimento no prazo previsto implicará o arquivamento do processo por desinteresse da parte.

EMPRESA: PRECISÃO IND. E COM. DE MÁRMORES E GRANITOS LTDA  
ASSUNTO: TERMO DE ADESAO  
INSCRIÇÃO Nº: 86.831.414  
CNPJ Nº: 14.553.415/0002-88  
PROCESSO Nº E-04/007/000284/2015

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROTOCOLO

AVISOS

CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Cancela-se, por incorreção, a distribuição do recurso 73946 à 4ª Câmara do Conselho de Contribuintes, realizada em 15/05/2019, referente ao Processo Administrativo nº E-04/005/1446/2017 - GAVINO CIMENTOS PORTLAND LTDA.

REDISTRIBUIÇÃO DE RECURSO

Redistribui-se à 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes o recurso 73946, referente ao Processo Administrativo nº E-04/005/1446/2017 - GAVINO CIMENTOS PORTLAND LTDA.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PROTOCOLO

AVISO

CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Cancela-se, por incorreção, a distribuição dos recursos 66588 e 71150 à 2ª Câmara do Conselho de Contribuintes, realizadas em 10/07/2019 e 28/08/2019, referente aos Processos Administrativos nºs E-04/040/1778/2015 - SENSAS DISTRIBUIDORA S/A e E-04/037/533/2017 - 76 OIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, respectivamente.



Ouvidoria:  
0800 285 9796  
De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br  
[www.agetransp.rj.gov.br](http://www.agetransp.rj.gov.br)

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Principais



[www.facebook.com/agetransp](https://www.facebook.com/agetransp)  
[www.twitter.com/agetransp](https://twitter.com/agetransp)